

3.

Origens: o debate sobre relações internacionais e política externa na década de 50

Até este ponto, toda a argumentação aqui desenvolvida teve por objetivo identificar a tradição política liberal dos Estados Unidos e suas influências no pensamento sobre a política externa do país. Como exposto anteriormente, a compreensão da tradição liberal apresenta uma alternativa para a interpretação dessa política externa, de modo a transcender a leitura tradicionalmente marcada pela divisão entre realistas e idealistas. Desse modo, cabe agora abordar diretamente essa leitura tradicional com a qual este trabalho dialoga. A discussão a seguir será dividida em dois momentos: o primeiro, objeto deste capítulo, é referente ao aparecimento dessa dicotomia entre realistas e idealistas logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e durante o início da década de 50; o segundo momento, abordado com profundidade no próximo capítulo, tratará da reprodução dessas categorias no debate sobre política externa após o fim da Guerra Fria e no decorrer da década de 90.

Apesar dessa análise conjunta, e das características similares dos dois momentos históricos, também existem diferenças fundamentais no desenvolvimento dessas duas reflexões sobre política externa. As semelhanças desses dois períodos são expressas pelos próprios nomes utilizados para descrevê-los: o pós-Segunda Guerra Mundial e o pós-Guerra Fria. Trata-se de dois momentos de acomodação do sistema internacional. Após o término dos referidos conflitos, as bases de organização do sistema foram transformadas drasticamente. No primeiro momento, as potências européias deixaram de ser atores fundamentais no sistema internacional e passaram a agir sob a sombra das duas superpotências que emergiam; no segundo momento, essa ordem bipolar desapareceu em razão do fracasso de uma das superpotências. Mudanças de tal ordem nas relações internacionais têm efeito direto sobre os rumos da política externa dos Estados. Mesmo com a Segunda Guerra Mundial terminada em 1945, a definição efetiva de um paradigma para a política externa dos Estados Unidos só

ocorreria no início dos anos 50, à época do início da Guerra da Coréia. Da mesma maneira, após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o esfacelamento da União Soviética, em 1991, não surgiu um paradigma que pudesse pautar as ações dos Estados Unidos como ocorrera na Guerra Fria.⁷¹ A análise desses dois períodos torna-se elucidativa por se tratarem de momentos de transição e de redefinição dos rumos da política externa.

O que torna essa análise conjunta interessante é o fato de, em ambos os casos, as análises publicadas à época sobre a política externa dos Estados Unidos utilizarem-se da distinção entre realistas e idealistas para caracterizar as atuações internacionais do país.

Se as semelhanças entre esses contextos tornam sua análise frutífera, a compreensão de suas diferenças também é esclarecedora. Os autores que inauguram a distinção entre realistas e idealistas no período pós-Segunda Guerra Mundial encontravam-se em uma posição diversa daquela de seus perpetuadores no pós-Guerra Fria. O esforço desse primeiro grupo de autores foi no sentido de trazer uma tradição de pensamento político até então pouco prestigiada nos Estados Unidos para o centro das discussões sobre política externa. Essa tradição externa é a do realismo continental europeu, da *realpolitik* alemã, da *raison d'état* francesa, completamente diversa da tradição liberal dos Estados Unidos. O movimento da primeira geração de autores foi dialogar com a tradição liberal e tentar inserir no país conceitos até então não problematizados. É dessa maneira que são criadas as categorias realismo e idealismo: num diálogo com essa tradição liberal e na tentativa de inserir-lhe outros conceitos.

Tal esforço é motivado pela preocupação desses autores com a participação internacional dos Estados Unidos. De maneira geral, identificavam a presença dos Estados Unidos no cenário internacional como essencial para manutenção da estabilidade após a Segunda Guerra Mundial. A ausência do país no período entreguerras, ou sua opção por não se comprometer demasiadamente com assuntos europeus, teria sido uma das principais causas da reincidência do conflito mundial. Na visão desses autores, tal postura fora adotada devido à inaptidão da

⁷¹ As propostas de uma “nova ordem mundial”, do “engajamento e expansão” ou da “nação indispensável” não produziram efeitos comparáveis ao que a doutrina da contenção representou no direcionamento da política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Na atualidade, talvez a “guerra ao terror” possa vir a representar um paradigma com tal força.

tradição política do país para tratar de assuntos internacionais. Tentando sanar tal deficiência, esses autores utilizam-se das categorias realismo e idealismo para inserir outros elementos na análise política, afim de que não se repitam os malogros do passado.

Nas análises sobre a política externa após o fim da Guerra Fria, tal elemento não está presente. Esse segundo grupo de autores não se utiliza das categorias realismo e idealismo da mesma maneira. Em vez de construírem os tipos realismo e idealismo em diálogo com a tradição liberal do país, tratam-nos como categorias fixas e bem definidas, nas quais podem ser classificados presidentes, governos e ações de política externa. As implicações de tal utilização serão exploradas no próximo capítulo.

Pelo que foi exposto brevemente no final do capítulo anterior, e, principalmente, pela discussão que será feita a seguir, constata-se que os debates sobre a política externa dos Estados Unidos até as primeiras décadas do século XX nunca haviam se dado por meio das distinções entre realistas e idealistas. A utilização do termo e a caracterização de políticas como idealistas começa a ser feita durante o debate sobre a participação na Primeira Guerra Mundial e nas reações às políticas e atitudes do presidente Woodrow Wilson. A popularização do termo realismo só viria décadas mais tarde, com o debate sobre a Segunda Guerra Mundial e sobre as políticas a serem seguidas durante a guerra e após o seu término; sempre em contraposição às ações tomadas duas décadas antes, fracassadas por terem levado a um novo conflito. A própria utilização do termo realismo nasce também das discussões da incipiente disciplina de Relações Internacionais nos Estados Unidos, e em muito pela influência de uma série de autores europeus, muitos deles alemães, que emigraram ao país fugindo da guerra no Velho Continente.

Nesse sentido, é necessário um esclarecimento quanto aos debates que serão abordados a seguir. Este é um trabalho de análise da política externa dos Estados Unidos e sobre em que medida se pode ir além de duas categorias analíticas utilizadas para interpretar tal política externa, realismo e idealismo. Todavia, este trabalho está inserido no contexto mais amplo da disciplina de Relações Internacionais, na qual a discussão sobre realismo e idealismo se dá também no nível das perspectivas teóricas gerais da própria disciplina, e está em muito relacionada à criação da mesma. Essas duas temáticas, o debate teórico e o debate

sobre política externa, desenvolveram-se no mesmo espaço temporal, no mesmo espaço físico, e, muitas vezes, tratadas pelos mesmos autores. Uma delimitação rígida dessas discussões, do que são textos sobre política externa e do que são textos sobre teoria, é provavelmente impossível de ser realizada. A formação da disciplina de Relações Internacionais nos Estados Unidos se deu por meio das discussões sobre política externa do país, da mesma maneira que o debate sobre política externa também foi influenciado por questionamentos teóricos da disciplina.

A criação da primeira cátedra de Relações Internacionais na Grã-Bretanha em 1919 é normalmente assumida como a data de fundação da disciplina – simbolicamente, essa primeira cadeira foi nomeada Woodrow Wilson. Os debates dos primeiros anos da disciplina foram em muito voltados para a questão da manutenção da paz internacional, do desarmamento dos países e do funcionamento da Liga das Nações. Todavia, já no final dos anos 30, algumas manifestações começam a questionar esse estado-da-arte da disciplina, tanto na academia quanto na política internacional.⁷² As leituras mais difundidas da evolução da disciplina de Relações Internacionais apontam o período do entreguerras como o “primeiro grande debate” da disciplina, travado entre realistas e idealistas pela definição de qual paradigma dominaria a área. Apesar dessas duas correntes de pensamento existirem, o debate em si é tido por estudos mais recentes apenas como um mito fundador. À época, as interpretações teóricas que mais circulavam eram próximas ao que se poderia chamar de idealistas ou liberais. Alguns autores realistas também esboçaram suas críticas a esse tipo de trabalho. Mas um debate propriamente dito, com o engajamento de autores e enfrentamento de perspectivas teóricas pelo controle da disciplina, nunca existiu da maneira como descrito por certos manuais de relações internacionais.⁷³

Sem dúvida, com o advento da Segunda Guerra Mundial e seu posterior desfecho, toda a nascente disciplina sofreu mudanças profundas. A partir de então,

⁷² As ações japonesas na Manchúria, italianas na África e os primeiros movimentos da Alemanha nazista são sintomáticos nesse sentido. Na academia, têm-se a publicação, em 1939, do livro de E.H. Carr, como um forte contraponto as discussões da época. Vide CARR, Edward H. *Vinte Anos de Crise 1919 – 1939*. Brasília: Editora UnB, 2001.

⁷³ ASHWORTH, Lucian. *Did the Realist-Idealist Great Debate Really Happen? A Revisionist History of International Relations*. In: *International Relations*, Vol. 16, No. 1, 2002; p. 33-51 e WILSON, Peter. *The Myth of the ‘First Great Debate’*. In: *Review of International Studies*, Vol. 24, Special Issue, 1998; p. 1-16.

seu desenvolvimento mais marcante se daria nos Estados Unidos, muito em função das condições sociais e econômicas da época. Vários autores europeus haviam emigrado aos Estados Unidos fugindo da guerra na Europa e procurando melhores condições de trabalho. Por meio deles, a antiga escola do realismo continental europeu, que sem dúvida já possuía alguns conhecedores e adeptos nos Estados Unidos, começou a ter maior influência no país. O desenvolvimento da disciplina foi ainda mais marcante devido à nova posição em que os Estados Unidos se encontravam na política mundial: como uma das duas superpotências do planeta, as decisões de política externa passaram a ter muita importância tanto interna quanto externamente, sendo objeto de mais estudos e discussões.

É nesse contexto, de disciplina em ascensão e de grande debate sobre os rumos da política externa, que os dois temas citados, o debate teórico e o debate sobre política externa, se desenvolvem conjuntamente. Os mesmos autores se dedicam aos dois assuntos, não sendo possível analisar um tema sem fazer menção ao outro. Hans Morgenthau e John Herz são dois exemplos de autores extremamente influentes tanto no debate teórico quanto no debate sobre política externa dos Estados Unidos.⁷⁴

Grande parte da bibliografia posterior sobre o debate teórico entre realismo e idealismo se utiliza de simplificações e exageros, não abordando com profundidade as questões levantadas por esses conceitos. Os autores do que se poderia chamar a “primeira geração” desse debate teórico identificam tanto no realismo quanto no idealismo tipificações extremas e puras que, além de não existirem na realidade, não devem ser buscadas como alternativas práticas por serem infrutíferas e até perigosas.⁷⁵ A maioria deles está advogando um equilíbrio entre essas posições, algo que na realidade é dificilmente encontrado. Com o tempo, a reprodução dessa bibliografia perdeu o caráter requintado da argumentação: realismo e idealismo foram tratados como categorias fixas e distintas, e utilizados como critérios de classificação de autores, teorias e práticas.

⁷⁴ Sobre alguns de seus trabalhos no debate teórico, vide MORGENTHAU, Hans J.. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. (6. ed.) New York: McGraw Hill, 1997; e HERZ, John. *Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*. Chicago: The University of Chicago Press, 1951.

⁷⁵ Os autores aqui referidos serão identificados e tratados a seguir. George Kennan, por exemplo, argumenta que uma abordagem legalista-moralista em assuntos de política externa só poderia levar o Estado a se comportar segundo uma doutrina da guerra justa e visando a aniquilação total dos inimigos, um padrão de comportamento temeroso na era nuclear. Vide KENNAN, 1951, p. 101.

Parte da distorção sem dúvida foi gerada pela maneira como tais textos estavam expostos. Os autores que ficaram conhecidos como realistas concebiam sua argumentação caracterizando a política internacional do período como demasiadamente idealista. Ao fazê-lo, criticavam essa prevalência idealista e argumentavam pela relevância do realismo nos assuntos internacionais. Não desmereciam o papel das idéias na política, mas frisavam a necessidade da inserção do elemento de poder na condução das políticas externas e na definição dos interesses nacionais. Uma leitura simplificada desse argumento levou facilmente a sua taxação como realista.

No debate sobre política externa dos Estados Unidos pode se identificar um fenômeno de proporções semelhantes. A utilização do termo idealismo começa a aparecer durante as discussões sobre a Primeira Guerra Mundial, e em muito para caracterizar as ações do país comandadas por Woodrow Wilson. O termo tinha um caráter negativo uma vez que seus propagadores argumentavam que Wilson baseava sua política externa em ideais abstratos e deixava de representar os verdadeiros interesses dos Estados Unidos. Quando o termo realismo começa a ser utilizado décadas mais tarde, boa parte dos autores está reivindicando uma postura mais centrada nos interesses diretos do país, sem cometer exageros em prol de ideais universais. Todavia, estes mesmos autores reconhecem o papel das idéias como motivadoras dos ideais políticos humanos e como parte indispensável do cenário político dos Estados Unidos. Posições extremadas, de realistas puramente egoístas, racionais, materialistas e defensores supremos dos interesses nacionais, e de idealistas missionários, promovendo cruzadas internacionais e defendendo valores universais, são derivações de leituras secundárias, simplificadas e caricaturadas a partir da discussão original. É a esse tipo de categoria analítica distorcida que essa dissertação dirige suas principais críticas.

Quanto ao debate original, que busca um meio termo nos rumos da política externa, esta pesquisa também tem um elemento crucial a oferecer. O que ambas as abordagens não comportam é exatamente o fator interveniente que permite à política externa dos Estados Unidos ser realista e idealista ao mesmo tempo. É o fator que relaciona as duas posições e, ao mesmo tempo, as faz perderem o sentido no contexto dessa política externa. Ao final desse trabalho, tentar-se-á mostrar que a presença da tradição política liberal dos Estados Unidos tem uma influência tal na política externa que ao mesmo tempo em que a permite ser

realista e idealista, torna essas categorias quase irrelevantes para sua análise. Todavia, para percorrer tal discussão, há de se fazer referência antes a sua origem no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial.

3.1. Antecedentes

Ao longo deste trabalho, referências pontuais apontam para o início da década de 50 como o período do surgimento das categorias realista e idealista para a análise da política externa dos Estados Unidos. Na verdade, esse surgimento não foi instantâneo: deu-se a partir de um processo de reflexões e análises ao longo do período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, que culminaria, finalmente, no estabelecimento dessas categorias no período imediatamente posterior à Segunda Guerra. Não se está aqui negligenciando esse debate anterior, e por vezes serão citadas suas referências. A indicação da década de cinquenta como o período do surgimento dessa dicotomia é feita por alguns motivos práticos: é esse o momento em que tal divisão e nomenclatura passam a ser amplamente utilizadas e, principalmente, quando as mais importantes obras de análise de política externa utilizando tais conceitos são publicadas.

Tais reflexões sobre política externa não foram inauguradas apenas no período das guerras mundiais. As discussões do pós-guerra foram precedidas por uma série de debates que ajudam a esclarecer os contornos dados à distinção entre realistas e idealistas. Dessa maneira, uma breve elucidação dos antecedentes do período analisado se faz necessária para melhor compreensão de suas categorias. Assim, serão expostas em sequência algumas das principais questões da política externa dos Estados Unidos desde a independência até os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, para, em seguida, tratar-se diretamente dos autores que fazem parte da discussão entre realismo e idealismo – motivada pelas políticas seguidas na Primeira Guerra Mundial – até a consolidação dessas categorias no início da década de 50.

Vale ressaltar a diferença no caráter analítico das duas exposições que serão feitas a seguir. Ao tratar das discussões anteriores à Primeira Guerra Mundial, a exposição feita está baseada majoritariamente em fontes secundárias e em interpretações razoavelmente consensuais da história da política externa dos

Estados Unidos. Todas as referências necessárias estão claramente citadas. O objetivo dessa exposição é demonstrar as discussões existentes sobre a política externa do país desde sua independência e a inexistência da suposta distinção entre realistas e idealistas. A intenção não é analisar ou problematizar tal período. No segundo momento, ao tratar dos debates desencadeados pelas políticas da Primeira Guerra Mundial, culminando nas discussões do início da década de 50, o objetivo do trabalho é compreender e analisar o rumo tomado por tais reflexões. Os próprios textos analisados são as fontes primárias desse debate e serão tratados como tal.

3.1.1. Grandes questões da política externa

A primeira grande questão internacional nos Estados Unidos foi sem dúvida a própria independência do país. A opção pelo rompimento de laços com a Inglaterra não foi consensual, ao menos de início. A independência foi fruto da revolta dos colonos contra uma série de medidas inglesas, sendo as mais relevantes dessas revoltas as que se voltaram contra tarifas. Os homens que viriam a ser os Pais Fundadores tiveram um trabalho árduo reunidos no Congresso da Filadélfia, conciliando os interesses e as reclamações de todas as 13 colônias, até que a Declaração de Independência pudesse ser concebida.

Mesmo com a independência, a influência do plano internacional não cessou sobre a sociedade dos Estados Unidos. Pelo contrário, foi muito intensa: um dos fatores definidores da divisão entre partidos após a independência – o chamado primeiro sistema partidário do país – foi o posicionamento político a respeito da Revolução Francesa. Esse primeiro sistema partidário era dividido entre Republicanos Democratas de um lado, e Federalistas de outro. Os simpatizantes da posição democrata eram, em sua maioria, habitantes do sul e de áreas rurais, e tinham em Thomas Jefferson e James Madison suas principais figuras guias. Já os afiliados à causa federalistas eram, em grande parte, comerciantes que viviam nos territórios da Nova Inglaterra, tendo Alexander Hamilton e John Jay como seus líderes. Republicanos Democratas apoiaram a causa francesa, principalmente no período inicial da Revolução entre 1789 e 1791, quando parecia que o antigo regime seria realmente destronado, e os valores iluministas propagados por todo o

mundo. Além disso, um dos motivos para se apoiar a Revolução era o forte rancor nutrido para com os ingleses desde a época da Independência. Por outro lado, os federalistas se opunham à Revolução e favoreciam a posição inglesa: para eles, o fato de opor-se a Inglaterra – e à sua Marinha, principalmente – poderia significar a ruína da nascente República nos Estados Unidos. Outro fator que apoiava essa posição conservadora era o temor do que a Revolução Francesa e seus ideais pudessem significar internacionalmente.⁷⁶

Todavia, nenhum dos lados defendia a intervenção no conflito: a neutralidade dos Estados Unidos era consensual tanto para o partido Republicano Democrata quanto para o partido Federalista. Na verdade, o que esse debate trazia à tona eram as implicações domésticas desses posicionamentos externos, numa contraposição entre o popular e o aristocrático. Ao apoiarem os ingleses, os federalistas eram associados com um modelo de sociedade mais conservador e hierárquico, e acusados de quererem refletir esse modelo na organização da sociedade nos Estados Unidos. Os democratas, da mesma maneira, ao apoiarem a Revolução e seus ideais, eram tidos como promotores de uma sociedade de democracia extremada dentro dos Estados Unidos.⁷⁷

A influência do internacional sobre o cenário político interno continuou presente com a passagem da Revolução Francesa e a ascensão de Bonaparte. Por ocasião das Guerras Napoleônicas, surge um novo debate sobre a participação ou não do país nos assuntos europeus. Jefferson, então presidente, novamente optou pela neutralidade do país. Viria ele ainda a enfrentar outra grande questão internacional: a defesa da liberdade dos mares. Por conta da guerra na Europa, a Inglaterra se deu ao direito de interceptar embarcações que se destinassem à França ou aos países envolvidos, mesmo as sob bandeira de nações neutras como os Estados Unidos. Após diversas tentativas diplomáticas, Inglaterra e Estados Unidos entraram em guerra em 1812, conflito que foi chamado por alguns de Segunda Guerra de Independência.⁷⁸

Os debates acerca da Doutrina Monroe, que viria a ser proclamada em 1823, representam mais uma grande manifestação da influência do plano internacional

⁷⁶ McDOUGALL, 1998, p. 29.

⁷⁷ McDOUGALL, 1998, p. 30.

⁷⁸ A guerra terminaria em 1814 com a assinatura de um tratado de paz que restaurava o *status quo* anterior, sem indenizações ou anexações entre as partes. Vide McDOUGALL, 1998, p. 33-36.

no cenário político dos Estados Unidos.⁷⁹ Mesmo amplamente engajados em questões internacionais desde sua independência, a grande maioria das análises considera que os Estados Unidos despertaram como potência para o sistema internacional apenas no final do século XIX. Duas são as referências básicas para tal ascensão: a política de portas abertas em relação ao comércio com a China (1898-1899) e a Guerra Hispano-Americana (1898). Este último evento talvez represente o debate doméstico mais acirrado sobre política externa do período anterior a Primeira Guerra Mundial.

Desde sua independência, os Estados Unidos caracterizaram-se por ser um país em expansão constante e de consolidação dos territórios adquiridos. O que Turner traduziu na tese da fronteira pode ser visto historicamente nos movimentos de aquisição de novos territórios: a expansão pelo vale do Mississipi logo nas décadas posteriores à independência, a compra do Louisiana em 1803 e posteriormente a compra da Flórida, e as anexações do Texas, da Califórnia e de todo o território do Grande Oregon, todas no decorrer dos anos de 1840, e em grande medida devido à guerra contra o México.⁸⁰ Apesar desses processos terem ocorrido separadamente, todos fizeram parte da grande consolidação do país – juntamente com outros como a delimitação da fronteira norte com o Canadá, a compra do Alaska ao Império russo, ou a posterior anexação do Havaí. Quando deflagrada a Guerra Hispano-Americana, toda essa herança da expansão continental do país veio a fundir-se com o debate sobre política externa.

A referência à Guerra Hispano-Americana compreende uma série de eventos: o acirramento da revolta cubana pela independência; as dificuldades do decadente Império Espanhol em manter suas colônias na América; as tentativas de mediação dos Estados Unidos; as campanhas de jornalistas influentes como Hearst e Pulitzer a favor da intervenção – bem como de figuras políticas influentes como Theodore Roosevelt, o Senador Henry Cabot Lodge e o Almirante Alfred Mahan; o naufrágio no navio Maine; a decisão relutante do Presidente McKinley de ir a guerra; a vitória decisiva sobre os espanhóis e, como resultado, uma série de conquistas de diferentes tipos no Caribe e no Pacífico. Sem entrar nas especificidades de cada caso – Cuba, Porto Rico, Guam, Filipinas e outros – a

⁷⁹ Vide discussão no Capítulo 2, seção 2.2.3.

⁸⁰ DUNNE, Michael. *The history and historiography of American diplomacy: principles, traditions and values*. In: *International Affairs*, Vol. 74, No. 1. 1998; p. 171.

atuação internacional dos Estados Unidos despertou uma série de questionamentos internos sobre as políticas perseguidas pelo país.

O debate na época não se deu por qualquer categoria próxima a realistas e idealistas, e sim pela polarização entre imperialistas e antiimperialistas.⁸¹ Os imperialistas defendiam que a expansão continental do território dos Estados Unidos deveria ser perpetuada por conquistas ultramarinas. Apoiavam totalmente a participação na guerra e anexação de territórios. Já os antiimperialistas eram contrários à intervenção e ao recurso ao conflito armado; para eles, o país não deveria atuar em disputas que não o afetassem diretamente. Mais ainda, mesmo intervindo na guerra após o naufrágio do Maine, não deveria buscar conquistas ou anexações de territórios por se tratarem de áreas que nada tinham a ver com a formação social e cultural do país, e por essa tendência a aquisições territoriais estrangeiras ser uma completa ruptura com as tradições de política externa. Os dois grupos formularam suas posições fazendo referência a heranças de épocas passadas e inflamados pelo calor da guerra.

*“In the imperialist view the self-interest of the nation lay in a positive assertion of national power in accordance with a Manifest Destiny of world dominion. ... Anti-imperialist, on the other hand, conceived of national self-interest as the preservation of the status quo in accordance with the wisdom of the Forefathers, a conception which was consonant with a more pacific disposition, an exaltation of reason and love, and aversion toward violence.”*⁸²

As posições de imperialistas e antiimperialistas refletiam, na verdade, duas posturas diferentes frente à posição internacional dos Estados Unidos. Para o primeiro grupo, as condições do sistema internacional haviam mudado de tal maneira que o país deveria abandonar a tradição da política externa até então perseguida. Para o segundo grupo, mesmo reconhecendo a expansão dos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos, o discurso de despedida de Washington e a Doutrina Monroe ainda continuavam sendo as bases fundamentais da política externa do país. Apontavam ambos para o mesmo status internacional dos Estados Unidos: os imperialistas achavam que a Guerra Hispano-Americana fora o marco da emergência da nação como potência no cenário internacional,

⁸¹ OSGOOD, Robert Endicott. *Ideals and self-interest in america's foreign relations; the great transformation of the twentieth century*. Chicago: University of Chicago, 1974; capítulo II.

⁸² OSGOOD, 1974, p. 54.

enquanto os antiimperialistas consideravam que o país já era uma potência havia mais de um século, e deveria continuar se comportando como tal.⁸³

Esse debate suscita uma outra questão fundamental quanto à política externa dos Estados Unidos. É comum encontrar referências às posições imperialistas durante o debate sobre a Guerra Hispano-Americana como advogando uma ruptura com a tradição de isolamento da política externa dos Estados Unidos, enquanto associa-se a posição antiimperialista, por ser pacifista e defender a não-intervenção, como partidária do isolamento. Essas duas vinculações são, todavia, equivocadas e fruto de um engano comum: a troca indevida da tradição do unilateralismo e do excepcionalismo pela condição do isolamento.⁸⁴ Como apresentado anteriormente, a tradição da política externa dos Estados Unidos é pautada no caráter excepcional que a nação acredita possuir e, em virtude disso, defende a opção unilateral como forma de ação internacional. Uma das justificativas para tal excepcionalidade e busca de autonomia é o fato de o país encontrar-se isolado geograficamente, e, por isso, não precisar envolver-se diretamente com as disputas européias. Essa característica geográfica fora utilizada mesmo pelos Pais Fundadores como argumento para justificar opções de política externa. Entretanto, nunca fora defendido o isolamento dos Estados Unidos das questões mundiais. O isolamento geográfico é uma característica dada e usada instrumentalmente nos primeiros séculos de independência da nação, mas a real tradição da política externa é, baseada na excepcionalidade do país, a busca por autonomia nos assuntos internacionais, e não o afastamento em relação a eles.

Os Estados Unidos nunca se isolaram dos assuntos internacionais desde o período de sua independência. Mesmo no caso da Guerra Hispano-Americana, os antiimperialistas reconheciam os interesses comerciais e políticos do país que necessitavam de atuação internacional. Ocorre que, com a evolução dos debates sobre política externa; o desaparecimento do movimento antiimperialista no começo do século XX; o surgimento do movimento pacifista nessa lacuna deixada; e, principalmente, com a presidência de Woodrow Wilson o termo “isolacionista” começa a ganhar força e presença nas discussões sobre política externa e, sobretudo, um caráter pejorativo. Mas para prosseguir em tal debate é

⁸³ DUNNE, Michael. *US foreign relations in the twentieth century: from world power to global hegemony*. In: *International Affairs*, Vol. 76, No. 1. 2000; p. 28.

⁸⁴ DUNNE, 1998, p. 172 e McDOUGALL, 1998, capítulo II, em especial p. 40-42.

necessário compreender as políticas de Wilson, suas interpretações, e a participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial e em seu desfecho.

3.2. Apresentando o debate

A partir dos debates, análises e reflexões sobre a participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial uma nova distinção foi criada para tratar a política externa do país: a divisão entre realistas e idealistas. Como citado anteriormente, tais categorias começam a aparecer durante a presidência de Wilson e no período entre-guerras, e se consolidam realmente no início da década de 50. Dois fatos devem ser novamente ressaltados: (1) tais categorias já existiam e dialogavam em outras áreas da Ciência Política e das Relações Internacionais, e (2) as discussões sobre a política externa dos Estados Unidos nunca haviam se dado nessas bases até a presidência de Woodrow Wilson. Arnold Wolfers bem explicita esses dois pontos:

*“As a battle of mind, fought by and large outside the political arena, the dispute between the two schools was of great concern to philosophers and moralists; but not until Woodrow Wilson set out to transform utopia into reality did it become a political issue of the first magnitude.”*⁸⁵

O caráter diferenciado das políticas de Wilson realmente foi um divisor de águas na política externa dos Estados Unidos.⁸⁶ A ênfase do presidente nos valores morais que pautavam a atuação do país nunca fora vista antes. Suas expressões famosas, de que a guerra seria travada para fazer um mundo seguro para as democracias, de que a paz almejada era uma paz sem vitória, ou de que os Estados Unidos entravam no conflito sem nenhum interesse direto, refletem em parte a visão de Wilson sobre o contexto internacional à época, e sobre qual seria o melhor caminho a ser tomado pelos Estados Unidos e pelo mundo. Essa mesma concepção é demonstrada em seus 14 Pontos: o estabelecimento de uma nova ordem sem culpados pela guerra, por meio do princípio de autodeterminação dos

⁸⁵ WOLFERS, Arnold. *The Pole of Power and The Pole of Indifference*. In: LINKLATER, Andrew (ed.). *International Relations, Volume I*. Florence: Routledge, 2001. p. 304.

⁸⁶ As especificidades das políticas de Wilson e da participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial e em seu desfecho serão tratadas a seguir.

povos, organizada através da livre navegação dos mares e do livre comércio, e mantida por uma organização universal de nações.⁸⁷

O fato mais marcante das propostas de Wilson foi sua falha. Na concepção do Tratado de Versalhes e da Liga das Nações, o presidente não conseguiu fazer valer seus princípios frente à velha tradição européia. Georges Clemenceau, primeiro ministro francês na Conferência de Paz de Paris, expressou bem a postura européia:

*"I was saying that there was this old method of solid and well-defined frontiers, armaments, and what is called the balance of power... This system today seems to be condemned by very high authorities. Yet I would say that if this balance... had existed earlier... the war would not have taken place... So there was this old system of alliances, which I am not for giving up – I can tell you this openly..."*⁸⁸

Tampouco Wilson conseguiu obter vitórias internamente. O Senado dos Estados Unidos deixou de ratificar a Carta da Liga das Nações e, assim, o país ficou a margem da instituição que o próprio Wilson imaginara. À época, a opinião pública era favorável à adesão do país e a matéria tramitou pelo Senado em duas ocasiões. Em linhas gerais, três grupos eram identificáveis: senadores republicanos a favor da Liga com ressalvas, senadores democratas a favor da Liga em sua totalidade, e o chamado grupo dos irreconciliáveis, totais opositores à organização. O total de senadores favoráveis à Liga era da ordem de 85% do Senado, mas republicanos e democratas não conseguiram chegar a um acordo sobre as ressalvas à Carta. Essa falta de acordo é, em muito, atribuída à intransigência de Wilson sobre as disposições do artigo 10 da Carta. Logicamente, os republicanos que pediam ressalvas não votaram a favor da Liga em sua totalidade, e os democratas, a pedido de Wilson, votaram contra a aprovação com ressalvas. Ao fim e ao cabo, as duas propostas foram derrotadas. Mesmo assim, a Carta com ressalvas esteve a apenas sete votos de conseguir a maioria de dois terços necessários a sua aprovação – em uma votação com 49 votos a favor e 35 contra, dos quais 23 eram democratas a favor da Liga em sua totalidade.⁸⁹

⁸⁷ U.S. NATIONAL ARCHIVES & RECORDS ADMINISTRATION. *Transcript of President Woodrow Wilson's 14 Points (1918)*. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=62&page=transcript>>. Acesso em: 01 de setembro de 2004.

⁸⁸ Georges Clemenceau, em discurso a Câmara dos Deputados da França, citado em IKENBERRY, G. John. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 133.

⁸⁹ Vide McDOUGALL, 1998, p. 140-146 e OSGOOD, 1974, p. 291-295.

Nem a opinião pública, nem a maioria dos senadores eram a favor do isolamento dos Estados Unidos do cenário internacional após a Primeira Guerra Mundial. No entanto, a maneira pela qual foi conduzida a relação entre o presidente e o Senado levou a não ratificação da Liga das Nações. Wilson tratou a questão da Liga com o mesmo idealismo que justificara a participação do país na guerra. Não aceitaria ressalvas ao seu ideal absoluto da Liga. Sua intenção era levar a questão ao povo na eleição que se aproximava, mas sua doença acabou condenando-o ao fracasso. A partir daí, os Estados Unidos adotaram uma série de políticas, afastando-se do cenário internacional num processo que culminaria no fracasso da Liga das Nações e na eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Assim, a partir do período entreguerras, começaram a surgir uma série de autores e análises que iriam questionar o papel dos Estados Unidos no sistema internacional e a maneira pela qual esse país conduz sua política externa. A preocupação desse conjunto de autores é clara: impedir que o país novamente se afaste do cenário internacional e adote as mesmas políticas errôneas que permitiram a repetição do conflito mundial. É dessa maneira que aparece a primeira geração de autores que se utilizarão das categorias realista e idealista para analisar a política externa dos Estados Unidos: preocupados com o papel desempenhado pelo país na manutenção da estabilidade mundial e identificando nas políticas de Wilson as causas dessa mal sucedida atuação interior.

Alguns desses autores já se encontravam no meio político dos Estados Unidos mesmo antes da Primeira Guerra Mundial; outros começaram suas carreiras no período entreguerras, assistindo mudanças abruptas tanto dentro dos Estados Unidos quanto na Europa; outros ainda – e uma boa parte deles – eram estrangeiros que emigraram para os Estados Unidos fugindo das perseguições e da guerra que se anunciava no velho continente. Os nomes de Walter Lippmann, Hans Morgenthau e George Kennan são sempre os mais citados quanto ao desenvolvimento de um paradigma realista nos Estados Unidos, mas a eles somam-se outros tantos como John Herz, Arnold Wolfers e Robert Osgood, por exemplo. É a esse conjunto de autores e a suas reflexões que se fará referência ao utilizar a expressão “primeira geração” neste trabalho: foram os pioneiros a utilizar as categorias realismo e idealismo no tratamento da política externa dos Estados Unidos.

Por vezes, as premissas realistas que seriam defendidas por esses autores já estavam presentes nos Estados Unidos em períodos anteriores, mesmo que nem sempre muito prestigiadas. Entre seus defensores e praticantes, o Almirante Alfred Mahan, o Senador Henry Cabot Lodge e o presidente Theodore Roosevelt, são os mais conhecidos. Mesmo aplicando políticas de cunho realista desde o final do século XIX, essa tradição de pensamento nunca havia demonstrado grande força no meio político dos Estados Unidos. Uma quarta personalidade que poderia figurar tanto entre os três nomes citados acima, quanto entre os autores realistas dessa primeira geração, é o teólogo Reinhold Niebuhr. A obra de Niebuhr é extensa e era muito difundida nos Estados Unidos no começo do século XX.⁹⁰ Suas advertências sobre a não-confiabilidade na razão e na ciência devido à corrupção egoísta presente em todos os homens iriam ecoar nas obras de Morgenthau, Kennan e outros autores dessa geração. Kennan chamou Niebuhr certa vez de “*father of us all*”.⁹¹ Pelo fato da obra de Niebuhr se tratar de uma leitura crítica da sociedade e da política dos Estados Unidos como um todo, optou-se por não abordá-lo diretamente na análise que será aqui desenvolvida sobre as reflexões sobre política externa no pós-Segunda Guerra.

Se existiam já antecedentes desse pensamento realista nos Estados Unidos, o que realmente diferencia o impacto das proposições dos autores dessa primeira geração é o momento no qual elas são propostas. O comentário de Kennan a respeito de seu Longo Telegrama pode ser estendido de maneira geral a todo o debate entre realismo, idealismo e política externa.

*“Segundo Kennan a entusiástica acolhida reservada à comunicação se deveria sobretudo à sua oportunidade. Seis meses antes seria lida como ceticismo; seis meses depois, soaria redundante. Muito de seu sucesso seria porque vinha no momento certo.”*⁹²

⁹⁰ Entre seus muitos livros e artigos, um dos mais influente nas questões de política internacional foi: NIEBUHR, Reinhold. *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics*. New York, 1932. Para mais sobre a extensão e influência da obra de Niebuhr, vide LAFEBER, Walter. *America, Russia, and the Cold War: 1945-1996*. (8. ed.) New York: The McGraw-Hill Companies, 1997, p. 46-48 e BRANDS, H.W.. *What America Owes the World: The Struggle for the Soul of Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, capítulo 7.

⁹¹ LAFEBER, 1997, p. 63.

⁹² AZEREDO, Mauro Mendes de. *Visão Americana da Política Internacional de 1945 até Hoje*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Estados Unidos: Visões Brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Fundação Alexandre Gusmão, 2000. p. 114.

O contexto político internacional do pós-Segunda Guerra abriu a chance de se discutir a política externa dos Estados Unidos através de outros referenciais. Durante o final do século XIX, ou mesmo após a Primeira Guerra Mundial, o impacto da política internacional nos Estados Unidos não fora suficientemente profundo para desencadear uma reavaliação dos princípios norteadores de sua política externa. O fracasso do entreguerras, a brutalidade da Segunda Guerra Mundial, a descomunal condição de poder da qual os Estados Unidos emergiram ao final da guerra, e a ameaça de um poder rival emergindo ao leste, acabaram por produzir o espaço necessário para discussão dos princípios e valores da inserção internacional do país, com uma abrangência muito maior do que em períodos passados. Assim, esses autores tentam de diversas formas introduzir, na maneira de se pensar política externa, elementos de uma tradição política estranha aos Estados Unidos.

A preocupação com o papel a ser desempenhado pelos Estados Unidos no cenário internacional é tanta nesse momento que manifestações são provenientes das mais diversas áreas. Entre esse grupo de autores encontram-se jornalistas, diplomatas, acadêmicos, emigrantes alemães, judeus, protestantes, e outros que partilham do mesmo objetivo: fundamentar a participação dos Estados Unidos no sistema internacional, de modo a garantir a paz e a estabilidade, e impedir os equívocos do pós-Primeira Guerra. Essa idéia do fracasso das políticas do entreguerras está presente em quase toda bibliografia da época e será analisada a seguir.

3.2.1.A leitura majoritária da Primeira Guerra Mundial

Em uma frase curta, a participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial é comumente definida da seguinte maneira: os Estados Unidos tomaram a decisão correta em participar da guerra ao lado dos aliados, mas o fizeram pelos motivos errados; ou ao menos sem saber ao certo por quais motivos.

Um dos principais propagadores dessa interpretação, se não seu principal, foi o jornalista Walter Lippmann. Esse autor é uma figura simbólica no debate sobre política externa não só por ter participado das discussões tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial, mas também por ser uma personalidade famosa, fato que lhe dava uma ampla capacidade de difusão de suas idéias.

Lippmann foi, por muito tempo, um dos editores mais influentes da *New Republic*, um periódico de renomada qualidade e em muito voltado para assuntos de política externa. A *New Republic* alcançou seu ápice de circulação nos anos da Primeira Guerra Mundial, período no qual Lippmann conseguiu difundir suas idéias e ganhar prestígio por meio de uma série de artigos que escreveu para a revista. Muito engajado na política internacional do período, chegou mesmo a fazer parte de um grupo de assessores do presidente Wilson e tomou parte na formulação da política externa do período.

*“Walter Lippmann, subsequently had a major influence in the formulation of the Fourteen Points. ...Lippmann was responsible for a large share of the abstract ideas which formed the basis of Wilson’s war aims and which found their way into a number of Wilson’s public speeches. But Lippmann and the editors of the New Republic did not base their case for America’s participation in the war solely upon Wilson’s lofty objects. In their minds, intervention was also a practical dictate of national expediency, justified upon grounds of enduring strategic interests;”*⁹³

De um modo geral, Lippmann e a *New Republic* foram apoiadores da participação dos Estados Unidos na guerra e das iniciativas tomadas pelo presidente Wilson. Todavia, a necessidade da presença do país no conflito, para eles, não era atribuída a “fazer um mundo seguro para as democracias”, como colocava o presidente. Apesar do grande apreço pelos valores liberais defendidos e promovidos por Wilson, Lippmann enxergava na guerra uma realidade geopolítica que tornava imprescindível a participação dos Estados Unidos contra as potências agressoras, especificamente contra a Alemanha. Assim, apesar de apoiar o esforço de guerra e as ações do presidente, tanto o periódico, à época, quanto Lippmann, posteriormente publicando livros de autoria própria, mostraram-se extremamente céticos sobre as negociações de paz e o Tratado de Versalhes. Ficava claro ali que o país, apesar de ter se engajado corretamente no conflito mundial, não conseguira projetar seus objetivos e interesses de maneira adequada na esfera internacional. Duras críticas foram tecidas ao liberalismo extremo do presidente nas negociações do Tratado e durante seu processo de ratificação no Senado dos Estados Unidos.

Décadas mais tarde, Lippmann viu seu país novamente tragado pelo flagelo da guerra mundial: a influência da Primeira Guerra se fez sentir por todo o debate sobre política externa. As intenções eram claras: não repetir os mesmos erros de

anos anteriores, que culminaram no desencadeamento de um novo conflito. A interpretação da participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial citada no início dessa seção se enquadra exatamente nesse contexto.

Assim, em uma obra de 1943, Lippmann expõe quais seriam as bases para uma inserção internacional coerente dos Estados Unidos, tendo em vista principalmente o desenrolar dos eventos da Primeira Guerra e a maneira pela qual o Presidente Wilson conduzira a nação. Importante notar o momento histórico de publicação desse texto: fazia pouco mais de um ano que os Estados Unidos participavam da Segunda Guerra Mundial e os debates sobre seu desfecho e sobre as políticas a serem seguidas se multiplicavam.⁹⁴

A interpretação de Lippmann sobre as bases de qualquer tipo de política externa é clara: a busca pelo equilíbrio entre os compromissos externos do país e o poder para implementá-los.⁹⁵ Por compromissos, o autor se refere a obrigações que o país possa contrair no cenário internacional, sejam elas provenientes de suas próprias ações, interesses, tratados assinados, ou outros. A característica peculiar a essas obrigações internacionais seria que, para seu cumprimento, o país pode ter de recorrer em última instância ao uso da violência. É nesse sentido que Lippmann argumenta pela busca de um equilíbrio entre compromissos e poder: para uma política externa bem fundamentada, os Estados deveriam possuir poder suficiente para fazer valer seus compromissos externos e, se necessário, recorrer à utilização da força. O princípio fundamental de uma política externa, na definição de Lippmann, seria uma adequação de meios e fins.

Dessa maneira, dois pontos centrais se estabelecem no pensamento de Lippmann: definir os compromissos externos essenciais aos Estados Unidos e garantir que o país disponha de meios suficientes para cumpri-los. Em relação às obrigações, uma política externa coerente deveria estar preocupada com aquelas que representassem necessidades vitais ao país.⁹⁶ O autor se refere à existência física dos Estados Unidos e à sua segurança. Lippmann analisa brevemente as implicações da expansão dos Estados Unidos durante o século XIX e da

⁹³ OSGOOD, 1974, p. 275.

⁹⁴ LIPPMANN, Walter. *U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic*. Boston: Little, Brown and Company, 1943.

⁹⁵ LIPPMANN, 1943, p. 9.

⁹⁶ Vide LIPPMANN, 1943, capítulo III para toda a discussão sobre os compromissos externos dos Estados Unidos.

manutenção de seus limites continentais para a política externa. Tal obrigação internacional fora expandida em 1823, com a proclamação da Doutrina Monroe: o compromisso de não permitir a volta de qualquer potência européia ao continente americano era de suma importância para a tranquilidade interna do país. Por fim, a Guerra Hispano-Americana teria acrescentado um novo elemento às obrigações dessa política externa: a manutenção de uma posição no Oceano Pacífico. A conquista das Filipinas ao final da guerra colocara os Estados Unidos em frente a um novo contexto geopolítico, no qual as relações com a China e o Japão passariam a ganhar uma importância crescente.⁹⁷ Assim, demonstra o autor, as bases da inserção internacional dos Estados Unidos, de sua relevância para segurança interna, e, principalmente, de seu escopo global, não foram dadas com a Primeira Guerra Mundial, ou com a Segunda – ou ainda com o que viria a ser a Guerra Fria. A abrangência global das preocupações da política externa dos Estados Unidos foi determinada em fevereiro de 1899, com a anexação das Filipinas e a exposição simultânea do país a dois contextos geopolíticos distintos: o Pacífico, no qual teria de lidar com as potências asiáticas, e o Atlântico, no qual, a fim de garantir sua supremacia hemisférica, teria de lidar com as potências européias.

Lippmann, no entanto, é muito crítico quanto ao entendimento da posição internacional dos Estados Unidos. O autor entende que se criou uma ilusão quanto as verdadeiras características da política externa do país, em muito devido a um certo clima de tranquilidade no período que se estende da guerra de 1812 até o início da Guerra Hispano-Americana. Diversos fatores inter-relacionados teriam contribuído para a existência dessa ilusão, entre eles a posição geográfica de isolamento hemisférico dos Estados Unidos que propiciava um sentimento de invulnerabilidade. Mas para Lippmann, o maior erro encontrava-se na interpretação da Doutrina Monroe. As leituras desse período caracterizavam a Doutrina Monroe como uma afirmação do isolamento do país, de sua preponderância no continente americano, de seu repúdio às políticas de poder e a alianças com potências imperialistas européias. Esse tipo de interpretação era errônea segundo o autor: a doutrina seria fruto da consciência da posição

⁹⁷ Lippmann ressalta que John Hay, Secretário de Estado à época, iniciaria sua política de portas abertas na China apenas alguns meses depois do Senado aprovar a anexação das Filipinas por uma margem de um voto. Vide LIPPMANN, 1943, p. 25.

estratégica dos Estados Unidos no mundo, não de seu isolamento; da compreensão da política de poder, e daí a preocupação com o não estabelecimento de outras potências no continente; e produto de uma aliança velada com a Inglaterra, e não do repúdio a quaisquer pactos com outras nações.⁹⁸ Lippmann argumenta ainda que essa má interpretação da Doutrina Monroe, esse quase um século de ausência do pensamento sobre política externa, e essa idéia de que os Estados Unidos poderiam agir sozinhos, sem importar-se com coligações de forças e alianças, levaram o país a comprometer-se com uma posição no Pacífico após a Guerra Hispano-Americana que não lhe seria totalmente favorável.

Além dos problemas com os compromissos externos do país, Lippmann demonstra outro problema quanto ao segundo pilar de uma política externa coerente: os meios para cumprir seus compromissos. Nas palavras do autor:

*“The elementary means by which all foreign policy must be conducted are the armed forces of the nation, the arrangement of its strategic position, and the choice of its alliances. In the American ideology of our times these things had come to be regarded as militaristic, imperialistic, reactionary, and archaic; the proper concern of right-minded men was held to be peace, disarmament, and a choice between non-intervention and collective-security.”*⁹⁹

Além da confusão sobre os compromissos essenciais aos Estados Unidos, Lippmann aponta uma distorção sobre os meios pelos quais esses compromissos seriam perseguidos. O argumento é lógico: se o poder para implementação da política externa reside em última instância na capacidade de utilização da força, os métodos utilizados para isso têm de lhe ser correspondentes. Dessa maneira, o meio para uma política externa bem sucedida seria uma combinação do emprego da força militar do país, de alianças e posicionamentos estratégicos. Todavia, esse tipo de pensamento era ideologicamente combatido nos Estados Unidos. A mesma ilusão criada durante o século XIX e a pouca reflexão sobre política externa levaram ao repúdio dessas idéias. Pensar estrategicamente era perigoso; a prática política correta e aceita era dada por uma moral elevada, defendendo o pacifismo, o desarmamento, a não-intervenção, e combatendo o tipo de políticas violentas e imperialistas praticadas pelas potências do Velho Continente.

Nesse sentido, o presidente Wilson seria a expressão máxima dessa ilusão e da inexistência de uma política externa coerente nos Estados Unidos. Lippmann

⁹⁸ Para mais sobre a Doutrina Monroe vide capítulo I, seção 1.3.2.

chega mesmo a indicar o início de uma política externa bem fundamentada na presidência de Theodore Roosevelt, por meio de um posicionamento mais ativo do país no cenário internacional e do fortalecimento das forças armadas. No entanto, Roosevelt não consegue expressar suas políticas de forma coerente a deixar um legado a seus sucessores. As presidências seguintes de William Taft e Woodrow Wilson trilhariam outros rumos. Assim, quando defrontado com seu grande desafio internacional, os Estados Unidos sob a presidência de Wilson encontravam-se despreparados tanto materialmente quanto intelectualmente. No primeiro momento, a decisão do presidente fora não intervir. Wilson tentou por diversas vezes encerrar a guerra pela negociação, querendo que os Estados Unidos servissem de mediadores entre as partes. Todavia, com o prolongamento da guerra, a neutralidade tornou-se insustentável. Muitos fatores pressionaram a participação do país na guerra: a preocupação com uma Europa sob o domínio imperial alemão, e sua possível expansão pelo Atlântico; os empréstimos feitos aos Aliados, que geraram grupos de pressão internos para que esses pagamentos pudessem ser recebidos; um maior apreço e afinidade cultural pela causa dos Aliados; entre outros.

Quando finalmente os Estados Unidos decidem entrar na guerra, a argumentação utilizada para justificar sua participação é de cunho notadamente legalista e moralista. Retoricamente, o país vai à guerra em resposta à prática alemã de guerra submarina irrestrita, desrespeitando o direito dos mares e atacando inclusive embarcações de países neutros como os Estados Unidos. Assim, garantir o cumprimento do Direito Internacional e a livre utilização dos mares era uma das causas da intervenção dos Estados Unidos.¹⁰⁰ Mas para além disso, a guerra foi concebida como uma cruzada. Wilson leva o país à guerra não em busca de interesses materiais, mas por uma causa maior, pela causa da democracia, pela causa da humanidade. Na construção do presidente, o conflito era “a guerra para acabar com todas as guerras”, uma luta para “fazer um mundo seguro para as democracias”. Essa interpretação é apresentada por Wilson diversas vezes, torna-se o princípio da participação do país na guerra, tão bem

⁹⁹ LIPPMANN, 1943, p. 47.

¹⁰⁰ Apesar da neutralidade declarada, embarcações dos Estados Unidos auxiliavam o esforço de guerra das potências aliadas. Além disso, a Alemanha já desrespeitara normas de Direito Internacional anteriormente sem que isso resultasse na entrada dos Estados Unidos na guerra.

exposto em seus discursos ao Congresso sobre “A Paz sem Vitória” e “Os 14 Pontos”. O que Wilson tinha como base de todo seu pensamento e atuação internacional é o que Lippmann aponta como a sua maior falha na condução da política externa do país. O erro do presidente teria sido pautar os compromissos do país apenas em valores éticos e morais, sem nenhuma concepção estratégica ou geopolítica.

“He failed because in leading the nation to war he had failed to give the durable and compelling reasons for the momentous decision. The reasons he did give were legalistic and moralistic and idealistic reasons, rather than the substantial and vital reason that the security of the United States demanded that no aggressively expanding imperial power, like Germany, should be allowed to gain the mastery of the Atlantic Ocean.

*Because this simple and self-evident American interest was not candidly made explicit, the nation never understood clearly why it had entered the war.”*¹⁰¹

Esse é o descontentamento maior de Lippmann quanto a políticas de Wilson. Essa é a razão para o entendimento de: “fomos à guerra sem saber ao certo por quais motivos”. Uma vez que os motivos reais da intervenção não foram articulados pelo presidente, o país continuaria carecendo de princípios que norteassem sua política externa.

Lippmann não chega a usar diretamente as expressões idealismo e realismo, ao menos não no sentido de dicotomia que seria depois estabelecido; chega sim a acusar as políticas do presidente Wilson e de seus seguidores de serem idealistas, pautadas por valores morais e ideais supostamente universais.¹⁰² O autor clama por uma política externa coerente, baseada nos interesses nacionais, numa visão de longo prazo, e que não exponha o país a riscos sem sentido no cenário internacional. Vale ressaltar que mesmo durante o debate sobre a Primeira Guerra e nos artigos publicados na *New Republic*, Lippmann não era uma voz solitária ao criticar o excesso de idealismo do presidente Wilson. Na verdade, todo esse debate era eco de uma luta política pelos ideais que conduziriam a atuação dos Estados Unidos na guerra. Os ataques mais furiosos ao presidente não provinham das análises da mídia, mas sim do próprio embate político. O maior algoz do presidente Wilson foi o próprio Theodore Roosevelt, que discordava publicamente das justificativas dadas para a ação do país.

¹⁰¹ LIPPMANN, 1943, p. 37.

¹⁰² O autor chega a chamar Wilson e Taft, em contraposição a Theodore Roosevelt, de idealistas e pacifistas, que rejeitavam as premissas das políticas de poder. Vide LIPPMANN, 1943, p. 31.

Em seu livro de 1943, prevendo uma nova vitória dos Aliados, Lippmann argumenta que seis potências teriam capacidade de influenciar o mundo do pós-guerra: os Estados Unidos, a Inglaterra, a União Soviética e a China seriam as nações que realmente poderiam fazê-lo de imediato, enquanto Alemanha e Japão, que a princípio teriam tal capacidade, encontravam-se destruídos e derrotados no conflito. Na verdade, Lippmann está tentando descrever o que considera o equilíbrio do poder mundial no pós-guerra, dividido entre essas quatro potências uma vez que Japão e Alemanha estivessem derrotados. A idéia de Lippmann é que as quatro potências poderiam “gerenciar” uma ordem internacional estável, que mantivesse a paz e impedisse a emergência de novos conflitos.

Claramente, a proposta de Lippmann está pautada na distribuição de poder existente entre esses países. Mas seu argumento não é simples a esse ponto. O autor prevê espaço para justiça e direito nessa ordem de potências. Leis acordadas entre essas nações deveriam pautar a utilização da força, de forma a não serem arbitrárias e serem aceitáveis aos demais países.

*“Not all peoples everywhere and always have had the same conception of their essential liberties. But whatever they regard as their essential liberties, ... it is these liberties which must be respected under the law if the power behind the law is to endure. The East and the West have been formed in widely different cultural traditions. But what can prevail everywhere, ... is the universal law that force must not be arbitrary, but must be exercised in accordance with laws that are open to discussion and are subject to orderly revision.”*¹⁰³

Ainda mais interessante é o reconhecimento da diversidade por parte de Lippmann. Mesmo tendo uma análise um tanto geopolítica e pautada pela distribuição de poder, Lippmann enxerga o papel das idéias no cenário político. E, mais do que isso, aceita que diferentes povos possuam diferentes pontos de vista; diferentes interpretações daquilo que deve ou não ser buscado e defendido. Assim, mesmo argumentando por uma ordem definida em termos de poder, o autor também abre espaço para leis, para o direito, para a justiça, e para a revisão dessa mesma ordem. Admitindo a relatividade da ordem proposta, consegue assim ir além do estereótipo realista da simples distribuição e busca do poder.

¹⁰³ LIPPMANN, 1943, p. 174.

3.2.2. Dialogando com a tradição liberal

Lippmann é um autor simbólico por diversos motivos. Suas idéias possuíam grande difusão à época e ele também havia participado dos debates por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Sua interpretação da participação dos Estados Unidos nesse primeiro conflito ganhou o senso comum e sua proposição sobre uma política externa comprometida com o sistema internacional e que adequasse meios e fins, se teve pouca influência após a Primeira Guerra, foi em muito refletida no pós-Segunda Guerra. Claramente, Lippmann tentava inserir elementos na política externa dos Estados Unidos que não eram tradicionalmente articulados. Segundo o autor, à exceção das décadas após a independência e da presidência de Theodore Roosevelt, o país sempre vivera na ilusão de seu isolamento.

Dialogando com a experiência da política externa dos Estados Unidos, Lippmann tenta inserir-lhe fatores externos. Mas o exemplo mais nítido desse tipo de diálogo e tentativa provém da obra de um outro autor: Hans Morgenthau. Como dito anteriormente, o período da Segunda Guerra Mundial presenciou a imigração de uma série de intelectuais europeus aos Estados Unidos. No âmbito das Relações Internacionais, nenhum nome teve mais impacto que o de Morgenthau. Sua influência foi tão profunda que é comum encontrar afirmações como a de Stanley Hoffmann, décadas mais tarde, de que se existe algum pai fundador da disciplina de Relações Internacionais, esse é Morgenthau.

Nascido na Alemanha, Morgenthau dedicou-se ao estudo do Direito e, em especial, de sua área internacional. Duas das maiores influências em seu pensamento foram Max Weber e Carl Schmitt, ambos seus professores durante sua formação acadêmica na Alemanha. Com a ascensão do regime nazista, Morgenthau, que era judeu, migrou por diversos países na Europa até finalmente cruzar o Atlântico e estabelecer-se nos Estados Unidos. Nesse país, iria afastar-se um pouco da área específica de Direito Internacional e dedicar-se às relações internacionais como um todo. Já em seu primeiro livro, publicado em 1946, *Scientific Man Versus Power Politics*, Morgenthau lança as bases de uma filosofia realista em contraposição ao que chama de liberalismo racional (*rational liberalism*). O autor ia de encontro ao otimismo liberal da época, demonstrando o

elemento da disputa de poder presente na política derivado da própria natureza humana, do homem decaído e de seu desejo de poder.¹⁰⁴

No entanto, é apenas em seu segundo livro que Morgenthau vai realmente lançar as bases do que viria a ser a Teoria Realista das Relações Internacionais. Publicado em 1948, *Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz* em pouco tempo se tornou um clássico e um dos livros basilares da disciplina de Relações Internacionais. Tal obra obteve tanto impacto que foi revisada, ampliada e reeditada quatro vezes até a morte do autor, em 1980. Mesmo depois disso, suas republicações não cessaram.¹⁰⁵

Mas o pensamento de Morgenthau não se limitou à formulação teórica. Sua grande preocupação era com os rumos da política externa dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, para que não se repetissem os mesmos erros do período entre-guerras. Sem dúvida, o país não se pautara por uma conduta realista como Morgenthau argumentava em sua obra teórica. Em 1951, publica então *In Defense of The National Interest*, livro todo dedicado a análise da política externa dos Estados Unidos, sua história, os princípios por quais deveria se pautar, e recomendações para a realidade do pós-Segunda Guerra Mundial.¹⁰⁶

É nesse livro que se encontra talvez o diálogo mais claro com a tradição liberal dos Estados Unidos e, por meio dele, a tentativa de moldar a política externa do país incorporando elementos externos à tradição. Morgenthau estava ciente de que discutir política externa nos mesmos moldes da tradição continental européia era completamente impensável nos Estados Unidos. O país era avesso ao modo como as potências praticavam o imperialismo e a chamada política de poder. Interesse nacional e equilíbrio de poder eram instrumentos que não figuravam no ideal de política externa do país. Morgenthau também estava ciente de que a defesa pura e simples desses instrumentos surtiria pouco efeito dentro dos Estados Unidos; um argumento a mais era preciso para que a tradição do país pudesse incorporar alguns desses valores, ainda que a seu modo peculiar.

Assim, Morgenthau inicia um diálogo com a história da política externa dos Estados Unidos, tentando ressaltar em seus primórdios o mesmo tipo de idéias que

¹⁰⁴ BRANDS, 1998, p. 156-160.

¹⁰⁵ Até o momento existem seis edições do livro, sendo as duas últimas organizadas e editadas por Kenneth Thompson, que, após a morte de Morgenthau, incluiu no livro outros trechos do autor..

¹⁰⁶ MORGENTHAU, Hans J.. *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*. New York: Alfred A. Knopf, 1951.

poderiam ser aplicadas na época em que escrevia. Ao invés de criticar o país pela falta de reflexão sobre relações internacionais e por sua conduta imprópria, o autor faz justamente o inverso: argumenta que logo na independência os Estados Unidos, guiados pelos Pais Fundadores, demonstraram e praticaram uma política externa muito sofisticada. As primeiras décadas da República, o que Morgenthau chama de período realista da política externa, apresentaram toda a sabedoria que os Estados Unidos precisariam para sua inserção internacional. Defrontados com o desafio de erguer uma República frente à maior potência de sua época, os organizadores da independência conseguiram estabelecer uma série de relações que garantiram a sobrevivência do país sem ser molestado pelos europeus em suas primeiras décadas e, ao mesmo tempo, não comprometeram de maneira exagerada o país com os assuntos da Europa. A grande sabedoria demonstrada fora perceber a fraqueza inicial da nação frente às demais e utilizar-se do equilíbrio de poder no Velho Continente para permitir que os Estados Unidos pudessem se desenvolver na América sem ameaças.¹⁰⁷

A esse primeiro momento foi seguido o que Morgenthau chama de período ideológico da política externa dos Estados Unidos, englobando todo o século XIX até o início da Guerra Hispano-Americana. Simbolizado principalmente por Jefferson e John Quincy Adams, sua característica principal é dar continuidade à maneira como os Pais Fundadores praticavam a política externa, preocupados com a distribuição de poder e com os interesses dos Estados Unidos mas, de maneira diversa da praticada por seus antecessores, pensar tais políticas com apelo a princípios e valores morais. Os exemplos de políticas desse período seriam a não intervenção de Jefferson nas Guerras Napoleônicas e a formulação da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto. Segundo Morgenthau, como essas políticas eram praticadas de uma maneira realista, serviam bem aos interesses do país. Todavia, sua formulação por meio de valores morais teria ainda outras consequências.¹⁰⁸

Finalmente, o terceiro período da política externa do país seria a sua fase utópica, iniciada ainda no governo de McKinley e tendo fim apenas às portas da Segunda Guerra Mundial. É nesse período que se opera uma mudança prejudicial à política externa dos Estados Unidos. A política externa do período ideológico serviu bem aos interesses do país, mas foi pensada e justificada publicamente por

¹⁰⁷ MORGENTHAU, 1951, p. 13-18.

meio do apelo a valores morais. Como o equilíbrio de poder no cenário europeu permitiu o desenvolvimento tranquilo dos Estados Unidos no século XIX, desenvolveu-se a idéia de que o país realmente poderia permanecer isolado dos assuntos do Velho Continente. A mesma ilusão apontada por Lippmann sobre o papel dos Estados Unidos no cenário internacional durante o século XIX está presente no pensamento de Morgenthau. A partir daí, tanto o pensamento quanto a prática da política externa nesse terceiro período seriam pautados por princípios e valores morais, e seu principal expoente foi, sem dúvida, Woodrow Wilson.¹⁰⁹

Está claro que Morgenthau tenta traçar paralelos entre uma matriz européia, que pensa política externa em termos de interesse e poder, e as políticas desenvolvidas pelos Pais Fundadores quando da independência dos Estados Unidos. Esse vínculo será utilizado por Morgenthau para argumentar que as políticas perseguidas a partir da Guerra Hispano-Americana eram prejudiciais à nação por pautarem-se demasiadamente em valores morais. O rumo correto a seguir seria a volta aos preceitos dos Pais Fundadores e a consideração de elementos desse período realista da política externa.

Morgenthau argumenta que esse desvio das disposições políticas originais foi causado pela má interpretação da política externa à época da independência, originada principalmente de quatro fatores, sendo os três primeiros referentes a peculiaridades da nação: (1) a singularidade da experiência dos Estados Unidos, (2) seu isolamento geográfico, (3) um caráter humanitário pacifista e anti-imperialista da nação, e (4) o pensamento liberal corrente durante o século XIX.¹¹⁰ Mesmo sem fazer uma referência direta, Morgenthau está aqui dialogando com a tradição liberal dos Estados Unidos. Apesar de não usar essa nomenclatura, o autor reconhece claramente a influência da tradição liberal na política externa. Ao tratar da singularidade da experiência da nação, diz:

*“The uniqueness of the American experiment in foreign policy resides in two elements: the negative one of distinctness from the traditional power-political quarrels of Europe, and the positive one of a continental expansion that creates the freest and richest nation on earth, apparently without conquest or subjugation of others.”*¹¹¹

¹⁰⁸ MORGENTHAU, 1951, p. 19-23.

¹⁰⁹ MORGENTHAU, 1951, p. 23-28.

¹¹⁰ MORGENTHAU, 1951, p. 7.

¹¹¹ MORGENTHAU, 1951, p. 8.

As duas características identificadas pelo autor têm referência na tradição liberal, como explicitado no capítulo anterior.¹¹² Tanto a idéia de excepcionalidade quanto a de expansão continental foram desenvolvidas sob a influência da tradição política liberal do país. Morgenthau também explora a idéia de exagero sobre a condição do isolamento geográfico do país – da mesma maneira como exposto aqui anteriormente.¹¹³ Da condição natural do país não decorreria a idéia de que o mesmo pudesse se isolar definitivamente dos assuntos mundiais; essa idéia, às vezes exposta e defendida por alguns, não teria sido o que Washington sugerira em seu Discurso de Despedida, ao propor explorar essa condição do país. Por fim, o caráter pacifista e antiimperialista da sociedade nos Estados Unidos seria proveniente, para além da idéia de excepcionalidade, de uma percepção de que o país não teria interesses em conquistas territoriais da mesma maneira como as potências européias. Segundo o autor, a natureza dos povos indígenas e o diferencial de poder entre eles e os colonos ajudou a mascarar essa expansão não como conquista, mas como um direito natural ao usufruto do território e uma missão civilizatória.¹¹⁴ Novamente, a referência à tradição liberal e à idéia de Destino Manifesto é clara.

O elemento externo identificado por Morgenthau, que propiciou também o distanciamento da política externa dos Estados Unidos daquilo que fora executado pelos Pais Fundadores, foi a existência de uma corrente de pensamento liberal muito difundido internacionalmente no século XIX. Aqui, o autor faz referência ao mesmo tipo de pensamento liberal criticado por Edward Carr, como exposto na Introdução deste trabalho. Para Morgenthau, duas seriam suas características principais: a primeira delas é a crença de que a disputa pelo poder no sistema internacional é um mero acidente histórico relacionado à emergência de regimes não-democráticos, pois democracias não fariam guerras entre si, e uma vez substituídos todos os regimes não-democráticos a paz reinaria no sistema internacional. A segunda característica, decorrente da primeira, é o fato de os conflitos entre Estados democráticos e não-democráticos deixarem de ser vistos

¹¹² Vide seções 2.3.1 e 2.3.2.

¹¹³ Vide seção 3.1.1.

¹¹⁴ MORGENTHAU, 1951, p. 9-11.

como disputas de poder e passarem a ser encarados como contendas entre o bem e o mal, nas quais apenas a vitória total sobre o adversário é aceitável.¹¹⁵

O conjunto dessas quatro características fez com que o pensamento sobre política externa dos Estados Unidos se afastasse cada vez mais do realismo praticado pelos Pais Fundadores e percorre-se todo o caminho exposto nos três períodos da classificação de Morgenthau. De maneira geral, tais períodos são dados pela tensão entre moral e poder, e pela prevalência de um desses conceitos:

*“Out of the struggle between these two opposing conceptions, three types of American foreign policy have emerged: the realistic – thinking and acting in terms of power – represented by Alexander Hamilton; the ideological – thinking in terms of moral principles but acting in terms of power – represented by Thomas Jefferson and John Quincy Adams; and the moralistic – thinking and acting in terms of moral principles – represented by Woodrow Wilson.”*¹¹⁶

A preocupação de Morgenthau é clara: segundo o autor, ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ainda pensavam sua política externa em termos moralistas. Mesmo em áreas onde as políticas perseguidas satisfaziam o interesse do país, como no caso da Europa Ocidental na análise de Morgenthau, essas políticas eram pensadas ainda em termos de valores morais. O que o autor tenta fazer é ressaltar a relatividade desses valores no cenário internacional. A importância desses valores e princípios só é dada em relação à sociedade dos Estados Unidos. Falar em valores absolutos no cenário internacional não faria sentido. O grande problema, segundo o autor, é que ao distanciar-se da tradição europeia de política externa, os Estados Unidos acabaram construindo nela um tipo a ser evitado. As práticas da política de poder foram completamente desmerecidas. Trabalhar com interesses nacionais ou com cálculos de poder era um demérito da política externa.

Ao rechaçar o elemento de poder e focalizar somente em princípios morais, a política externa dos Estados Unidos teria perdido qualquer traço de relatividade. Princípios morais são absolutos: se uma política externa os tem por base, herda por consequência essa característica. Ao opor moral e poder, perde-se a capacidade de identificar esses mesmos princípios morais como relativos a sua nação apenas. O que fazia prevalecer tais princípios e tais políticas externas era, na verdade, o poder do Estado, que ficava mascarado por trás do pensamento

¹¹⁵ MORGENTHAU, 1951, p. 11-13.

sobre valores. O que Morgenthau tenta esclarecer para essa tradição é que poder e moral não são dois opostos, mas são conceitos que se relacionam.

*“The equation of political moralizing with morality and of political realism with immorality is itself untenable. The choice is not between moral principles and the national interest, but between one set of moral principles divorced from political reality, and another set of moral principles derived from political reality.”*¹¹⁷

Um dos melhores exemplos desse diálogo com a tradição liberal é o esforço que Morgenthau faz para traduzir o pensamento sobre o equilíbrio de poder para termos aceitáveis nos Estados Unidos. Para tanto, o autor recorre a uma analogia entre o equilíbrio de poder e uma das instituições mais sagradas da Constituição dos Estados Unidos: o sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*).¹¹⁸ Proposto originalmente por Montesquieu, a idéia de freios e contrapesos é simples: as várias forças em ação no meio político deveriam ter instrumentos institucionalizados para controlar as ações umas das outras, evitando assim o abuso de poder. Na divisão clássica do poder político por Montesquieu, entre o executivo, o legislativo, e o judiciário, todas as três partes deveriam dispor de meios para monitorar a ação das demais, e medidas para interferir nessas ações se necessário. Assim, por meio de freios e contrapesos, a estabilidade do sistema político estaria garantida e os abusos de poder evitados.

A idéia de freios e contrapesos é consagrada na Constituição dos Estados Unidos. Com forte influência iluminista, os Pais Fundadores desenharam um sistema político que evitasse ao máximo o abuso de poder por suas partes. Assim, várias medidas foram institucionalizadas para garantir o bom funcionamento da nascente República. Ao longo do tempo, o sistema de freios e contrapesos se tornou uma característica marcante da organização política dos Estados Unidos e é vasta a literatura a seu respeito.

Sabendo da abrangência dessa idéia, Morgenthau a utiliza como analogia para introduzir o tema do equilíbrio de poder. No sistema internacional, como é bem sabido, não existe instância superior que regule as relações entre as partes. Devido a essa falta de autoridade reguladora, os conflitos de interesse recorrentemente acabam por ser resolvidos com o uso da força. Nesse contexto, o

¹¹⁶ MORGENTHAU, 1951, p. 13.

¹¹⁷ MORGENTHAU, 1951, p. 33.

¹¹⁸ MORGENTHAU, 1997, p. 191.

equilíbrio de poder funcionaria como um elemento estabilizador do sistema, da mesma maneira, ou exercendo a função dos freios e contrapesos. As unidades, que no caso do sistema internacional seriam os Estados, teriam no equilíbrio de poder um método para evitar o uso abusivo da força nas relações internacionais. Se o sistema estiver em equilíbrio, todos os Estados evitarão o abuso de seu poder temendo uma retaliação da outra parte; como todas as partes possuem níveis de poder equivalentes o sistema mantém sua estabilidade. Todavia, se o sistema está em desequilíbrio, isso é, se uma das partes possui um nível de poder maior que as outras, os incentivos para a utilização de tal poder no cenário internacional são maiores, podendo gerar instabilidade e conflito.

Assim, o equilíbrio de poder é visto como um meio de se manter a estabilidade do sistema internacional, e uma política externa que tenha essa idéia em conta e pratique a promoção desse equilíbrio estaria contribuindo para a paz e a estabilidade internacionais.

Pelos exemplos dados, é clara a intenção de Morgenthau de inserir elementos externos no pensamento sobre política externa dos Estados Unidos. A utilização de classificações como realista, ideológica e utópica, ou a oposição entre poder e moral, foram instrumentos utilizados pelo autor para abrir espaço dentro da tradição liberal do país. Esse fenômeno também pode ser observado em outros autores. A analogia utilizada por Morgenthau para o tratamento do equilíbrio de poder tem proximidades com a interpretação que a tradição liberal faz de outros dois conceitos, notadamente o dilema de segurança e a doutrina da contenção.

3.2.3.

O dilema de segurança e a doutrina da contenção

O dilema de segurança e a doutrina da contenção são duas idéias que comumente são relacionadas com o paradigma realista. Todavia, sua interpretação nos Estados Unidos se deu de uma maneira muito peculiar, em virtude da influência da tradição liberal. A idéia do dilema de segurança é antiga dentro da ciência política. Arnold Wolfers, um dos autores realistas dessa primeira geração, expõe duas definições para esse conceito. *“According to the first, human nature is*

such that men, as individuals and as nations, act like beasts of prey, driven by an insatiable lust for power or animus dominandi.”¹¹⁹

Essa primeira definição é a mais antiga das duas. Sua origem remonta a Thomas Hobbes e à máxima “o homem é o lobo do homem”. Ela está pautada em uma definição da natureza humana, na idéia de um homem egoísta e possuidor do que alguns chamariam de desejo de poder. É essa idéia da natureza humana e do dilema de segurança que autores como Morgenthau, por exemplo, utilizam em sua argumentação. Em contrapartida, a segunda definição do conceito de dilema de segurança não carrega em si nenhuma concepção da natureza humana.

*“According to the second explanation, which is gaining adherents, the quest for power is due not to any desire for power as such, but to a general human craving for security. The insecurity of an anarchical system of multiple sovereignty places the actors under compulsion to seek maximum power even though this may run counter to their real desires.”*¹²⁰

De acordo com essa segunda definição, o dilema de segurança seria gerado não por uma característica inata do ser humano, mas pelas condições adversas de seu convívio. Desaparece do argumento qualquer intencionalidade nas ações humanas. Elas seriam geradas apenas por seu desejo de segurança e sobrevivência. Infelizmente, quando as ações de um ou mais indivíduos – ou Estados – fossem contrapostas, uma situação de insegurança emergiria, quase como por um simples acaso.¹²¹

Como o próprio Wolfers destaca, essa segunda definição do dilema de segurança estava “ganhando adeptos” nos Estados Unidos. Para a tradição política desse país era muito mais fácil pensar em um dilema surgido da interação das partes do que de uma característica inata ao ser humano. Afinal, uma nação que acredita em sua predestinação, em uma conduta pautada por valores morais, e em sua missão de servir de exemplo ao mundo, não poderia articular a idéia de que todos os homens – e Estados por decorrência – são egoístas por natureza e que isso os coloca necessariamente em uma situação de confronto.

¹¹⁹ WOLFERS, 2001, p. 306.

¹²⁰ WOLFERS, 2001, p. 306.

¹²¹ Com o desenvolvimento das chamadas teorias estruturais de relações internacionais na década de 70, e principalmente pela influência da disciplina de Economia por meio da Teoria da Firma e da Teoria dos Jogos, essa condição do dilema de segurança foi articulada como um tipo de falha de mercado (*political market failure*).

De fato, tal articulação seria impensável dentro do imaginário liberal. O entendimento que a tradição tem do dilema de segurança lança suas raízes na estrutura do sistema internacional, e não nas partes dele. Por se tratar de uma anarquia, onde não há instância superior responsável pela regulação do sistema, a simples busca por segurança de suas partes, busca essa totalmente legítima, acaba colocando todas em uma situação de ameaça. A desvinculação da natureza humana da origem do dilema de segurança é do mesmo tipo da operada por John Locke em resposta a Thomas Hobbes. Discutindo sobre o estado de natureza, Locke explica que ele não é derivado de características inatas ao ser humano, mas da simples competição em um ambiente de recursos escassos. A afirmação de Hartz sobre a tradição liberal se mostra novamente verdadeira nesse sentido: uma incorporação do liberalismo de John Locke sem ao menos se dar conta de que Locke está envolvido.¹²² No entanto, a resposta de Locke, e de Hobbes também, a essa questão é a constituição do Estado. No sistema internacional tal opção não é viável.

Apesar disso, a mudança de definição do dilema de segurança por meio da interpretação liberal tem uma consequência importante. No arcabouço conceitual utilizado por Morgenthau, por exemplo, conflitos e problemas de segurança, por serem derivados da condição humana, sempre ocorreram e sempre ocorrerão. A alternativa a uma boa política externa seria ter ciência desse fato e se portar cautelosamente na condução dos assuntos internacionais. Na interpretação liberal, todavia, a ocorrência do dilema de segurança não é definitiva; ela é apenas fruto de circunstâncias. Dessa maneira, abre-se um leque de possibilidades para que sejam sanadas as deficiências do sistema que levam ao aparecimento do dilema. Como a competição não é intrínseca às partes, novos tipos de interação são contemplados.

Nada mais cabível para uma tradição que pensa em exemplo, valores morais e predestinação. Não seria concebível nesse tipo de arcabouço conceitual aceitar um caráter egoísta da natureza humana e condenado a vicissitudes. Novas alternativas teriam de ser contempladas. Assim, através dessa segunda leitura, o conceito de segurança é sim trabalhado na política externa dos Estados Unidos, mas sempre influenciado por sua tradição liberal. Dois dos maiores responsáveis

¹²² Vide seção 2.2.3.

pela difusão dessa interpretação do dilema de segurança foram Arnold Wolfers e, principalmente, John Herz. Interessante notar como Herz, mesmo sendo o pai do conceito de dilema de segurança tal como foi posteriormente difundido, e em cuja obra teórica expunha sua posição como sendo adepto de um “liberalismo realista” (*realist liberalism*), foi apontado sempre como um autor realista, sem se levar em conta as especificidades de sua argumentação.¹²³

Assim como a idéia do dilema de segurança foi interpretada e absorvida de uma maneira peculiar pela tradição liberal, um outro conceito também teve um tratamento muito específico. A doutrina da contenção, o grande paradigma da política externa dos Estados Unidos durante toda a Guerra Fria, é outro exemplo de atuação marcada da tradição liberal. Para discuti-lo, entretanto, é preciso contextualizar também seu principal formulador: George Kennan.

Membro do corpo diplomático dos Estados Unidos, Kennan esteve na Europa do leste no final dos anos 20, durante a ascensão de Stalin na União Soviética. Depois, com o reconhecimento da União Soviética pelos Estados Unidos em 1933, Kennan foi transferido para Moscou, onde permaneceu por muito tempo – inclusive durante a Segunda Guerra Mundial –, o que lhe propiciaria depois a possibilidade de projetar suas idéias a respeito da União Soviética e da política externa dos Estados Unidos no pós-guerra. Especialista em história russa e soviética, Kennan ganhou notoriedade exatamente pela formulação inicial do que viria a ser a doutrina da contenção.

Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, o debate sobre quais princípios deveriam pautar a atuação internacional dos Estados Unidos estava completamente aberto. O presidente Franklin Roosevelt acreditava que poderia haver cooperação com Stalin. Com a morte de Roosevelt, Harry Truman assume uma postura de mais desconfiança em relação à União Soviética. Mesmo sendo o único líder a possuir o domínio da tecnologia nuclear à época, tal fator não foi diretamente utilizado por ele como elemento de negociação nas definições do mundo pós-guerra. Até a instalação de regimes socialistas nos territórios controlados pelo Exército Vermelho, o relacionamento entre a União Soviética e o bloco ocidental parecia indefinido. A partir de então, Winston Churchill poderia falar de uma “cortina de ferro” que cortava a Europa ao meio.

¹²³ HERZ, 1951 e *Idealist Internationalism and the Security Dilemma*. In: LINKLATER, Andrew

Mas foi apenas com a Guerra da Coréia e as insurgências na Grécia e na Turquia que os Estados Unidos finalmente decidiram-se por uma política de confronto com o bloco socialista. Para Trumam e seu Secretário de Estado, Dean Acheson, a necessidade desse tipo de política já era clara, mas precisou-se de um evento que mobilizasse as opiniões da sociedade e do meio político, e a ameaça de expansão socialista representada pelos eventos citados serviu muito bem a esse propósito.

Kennan, no entanto, esboçara qual deveria ser a política externa do país em relação à União Soviética com muita antecedência. Em um telegrama ao Departamento de Estado em 1946 – documento que ficaria conhecido como o Longo Telegrama – o autor expõe as fundações do regime soviético, seu caráter eminentemente russo, e a partir daí traça recomendações para a política externa dos Estados Unidos. Insatisfeito com o impacto de seus esforços, no ano seguinte realiza a grande tentativa de influenciar o debate público sobre o tema: em 1947, o prestigiado periódico *Foreign Affairs* publica um artigo anônimo, assinado apenas por Mr. X, intitulado *As Origens da Conduta Soviética*.¹²⁴ O artigo era uma versão editada do Longo Telegrama no qual Kennan expunha com clareza a natureza do regime soviético na Rússia e as implicações do mesmo para os Estados Unidos.

O argumento central de Kennan é a tese de que o socialismo na União Soviética era apenas uma variação ideológica da verdadeira natureza da nação russa, que tinha por característica seu expansionismo imperialista. Para Kennan, a ideologia socialista apenas encobria as características primordiais da própria Rússia, que outrora foram manifestadas no Império dos Czares e que continuariam a se manifestar na União Soviética. Tal regime tentaria se expandir e dominar outros territórios, não por ser socialista, mas por ser russo. Ademais, o conjunto de valores e princípios pelos quais se organizava a sociedade socialista era contrário aos interesses dos Estados Unidos e do bloco ocidental de uma forma geral. Dessa maneira, a União Soviética deveria ser impedida em sua expansão.

Conhecedor profundo da realidade russa e de seu regime, Kennan previu que, através da própria evolução do socialismo aplicado a sociedade russa, o mesmo não perduraria por muitas gerações. Quando novas elites comessem a

(ed.). *International Relations, Volume I*. Florence: Routledge, 2001. p. 260-278.

¹²⁴ KENNAN, George F.. *The Sources of Soviet Conduct*. In: *Foreign Affairs*, 25. 1947. p. 556-582.

aparecer, defendendo novas idéias e novos interesses, a estrutura hierárquica do socialismo na União Soviética começaria a ruir por dentro.

É nesse ponto que reside uma das grandes discussões sobre a doutrina da contenção. Da maneira como exposta por Kennan em seu artigo na *Foreign Affairs*, a contenção era claramente uma estratégia ofensiva. Caracterizando o regime soviético, o autor argumenta que a “dissimulação, a falta de franqueza, a duplicidade, a desconfiança quanto à guerra, e uma inimizade básica” seriam características inerentes à política externa soviética e só cessariam quando da mudança de regime.¹²⁵ Diz ainda que a União Soviética deveria ser tratada como um rival, não um parceiro, e sobre a condução da política externa dos Estados Unidos, afirma claramente que ela deveria ser: “*designed to confront the Russians with unalterable counter-force at every point where they show signs of encroaching upon the interests of a peaceful and stable world.*” E complementa:

*“But in actuality the possibilities for American policy are by no means limited to holding the line and hoping for the best. It is entirely possible for the United States to influence by its actions the internal developments, both within Russia and throughout the international Communist movement, by which Russian policy is largely determined.”*¹²⁶

No contexto da época e do próprio artigo, tais argumentos eram mais que suficientes para justificar uma posição de confronto com a União Soviética. Na parte inicial de seu texto, Kennan expõe claramente que o regime socialista seria uma ameaça aos Estados Unidos, uma ameaça que se não combatida selaria a ruína da nação. De fato, o autor classifica a ameaça soviética como “o mais justo teste à qualidade nacional”, “um desafio implacável” e “sobretudo um teste do valor dos Estados Unidos como a nação entre nações”.¹²⁷ Não poderia haver formulação que suscitasse mais o confronto entre os dois países.

Ainda, com o desenrolar da Guerra Fria, as políticas pautadas na doutrina da contenção tiveram um caráter eminentemente ofensivo. Com esse pretexto, combateram-se igualmente comunistas na Grécia, na Turquia, no Irã, na Nicarágua, no Vietnã e em tantos outros lugares e situações com características específicas que foram totalmente desconsideradas. A utilização política dada ao

¹²⁵ KENNAN, George F.. *American Diplomacy 1900-1950*. Chicago: The University of Chicago Press, 1951; p. 115.

¹²⁶ KENNAN, 1951, p. 126.

¹²⁷ KENNAN, 1951, p. 128.

combate ao comunismo tornou o próprio conceito de comunismo demasiadamente elástico, e sujeito com frequência a abusos e manipulações.¹²⁸

Todavia, essa interpretação ofensiva da doutrina da contenção não é a que vigora nos Estados Unidos. A grande leitura da contenção no país é como uma doutrina defensiva: os Estados Unidos estariam sendo “atacados” pelos comunistas e tinham como dever defender o bloco ocidental e seu modo de vida. A contenção foi interpretada como uma reação à postura soviética: aos Estados Unidos nada restaria a não ser conter o avanço de seu rival. Fica claro que o imaginário liberal interpreta com muito mais facilidade a idéia de um defensor lutando pelos direitos que considera inalienáveis do que a idéia de um país ameaçado que desencadeia um combate com seu rival por uma questão de sobrevivência. É a existência da tradição liberal novamente que traduz a idéia e as políticas da contenção de uma forma mais palatável à sociedade dos Estados Unidos.

Vale aqui uma ressalva quanto ao autor original da doutrina da contenção. Apesar da exposição em seu artigo, talvez um pouco inflamada para influenciar a opinião pública, Kennan pensava a contenção, senão de uma maneira defensiva, ao menos mais comedida do que foi realmente aplicada. O autor nunca advogou o confronto direto com o bloco socialista. Sua idéia de contenção se baseava na competição econômica, tecnológica, militar e ideológica, e na ação em regiões específicas para bloquear o crescimento e desenvolvimento socialista. A análise de Kennan é concebida por preceitos de geopolítica. Ao delinear a contenção, está preocupado com regiões específicas onde ocorreriam disputas de poder, principalmente no seio da Europa onde a influência da União Soviética e da possível expansão do socialismo se fazia sentir muito presente. Todavia, a utilização política que foi dada ao conceito de contenção extrapolou em muito a idéia original de seu autor. Kennan, que fizera parte do grupo inicial de formuladores da política externa no pós-guerra, foi perdendo cada vez mais influência no governo por defender medidas mais contidas. Em contrapartida, assessores mais agressivos e belicistas, caracterizados na figura de Paul Nitze, ganharam importância e acabaram por dominar a articulação da política externa. Ao sair do governo, Kennan passou boa parte de sua vida pública posterior

¹²⁸ A existência de um “ismo” contemporâneo associado ao terror é mais uma prova desse fato.

tentando esclarecer o que pretendia com a doutrina da contenção e diferenciá-la dos excessos que eram cometidos pelos Estados Unidos e justificados por essa doutrina.

Apesar disso, o que é importante notar é que a doutrina da contenção, como inicialmente exposta e principalmente como praticada durante a Guerra Fria, foi uma doutrina ofensiva da qual derivaram uma série de políticas destinadas diretamente contra a União Soviética e sua influência no sistema internacional. Todavia, a interpretação que se tem da contenção, devido à influência da tradição liberal, é de uma política defensiva e em reação à ameaça soviética.

3.2.4.

Outros exemplos da distinção entre realismo e idealismo

Além de ser o formulador inicial da doutrina da contenção, Kennan também foi um dos maiores críticos da política externa dos Estados Unidos no decorrer da Guerra Fria, em muito devido ao fato da conduta internacional do país ter extrapolado os limites que ele previra para a contenção. Assim como Morgenthau, Kennan identificava na política externa do país uma tradição legalista-moralista. Tal tradição representaria um grave risco aos Estados Unidos, principalmente em tempos de competição entre as duas superpotências. Em suas publicações posteriores, o autor também foi um dos responsáveis pelo diálogo com a tradição liberal e pela utilização da distinção entre realistas e idealistas.

Em uma obra publicada em 1951, fruto de uma série de seis palestras lecionadas na Universidade de Chicago, Kennan vai analisar a política externa do país, desde a guerra contra a Espanha até a Segunda Guerra Mundial, e demonstrar um olhar extremamente crítico quanto à atuação dos Estados Unidos no cenário internacional. Em suas próprias palavras: “...*I see the most serious fault of our past policy formulation to lie in something that I might call the legalistic-moralistic approach to international problems.*”¹²⁹ Kennan segue descrevendo o que ele considera esse erro conceitual no pensamento da política externa do país, como sendo derivado de uma crença na possibilidade de se regular o sistema internacional através da adoção de normas jurídicas e limitações

¹²⁹ KENNAN, George F.. *American Diplomacy 1900-1950*. Chicago: The University of Chicago Press, 1951; p. 95.

às ações dos Estados. Um tipo de pensamento que, em vez de considerar as ações dos Estados por meio de seus interesses nacionais, tenta julgá-las por alguma idéia de direito natural ou moral em que tais ações possam ser aceitáveis ou não. Permeia esse pensamento a idéia de que, da mesma maneira como as 13 colônias se organizaram em uma república, o sistema internacional também poderia ser organizado de acordo com leis e costumes de aceitação universal.¹³⁰

Kennan é completamente oposto a essa influência legalista e moralista na política externa dos Estados Unidos. O que está tentando demonstrar é a impossibilidade de se conduzir a política externa utilizando esses meios absolutos, sem levar em conta os interesses particulares de cada Estado. O autor chega mesmo a demonstrar como essa abordagem legalista e moralista tenderia sempre a conceber as questões no cenário internacional como disputas entre o certo e o errado, entre o bem e o mal, disputas absolutas e de soma zero; assim, se aproximam também de conceitos definitivos, de guerra total e vitória incondicional sobre seus adversários como sendo as únicas soluções aceitáveis. No início da década de 50 e com o desenvolvimento nuclear, Kennan alerta sobre o perigo de se pensar em termos de uma guerra total, como fim absoluto e não como meio.¹³¹

As críticas do autor não cessaram com a evolução da Guerra Fria. Kennan – assim como Morgenthau e outros realistas – foi um forte opositor à guerra ao Vietnã e mesmo quando o conflito bipolar chegou ao fim, em parte por razões que ele mesmo previra, demonstrou certo descontentamento. Acreditava que se os Estados Unidos tivessem seguido uma política externa mais bem fundamentada, poderia ter-se encerrado a disputa antes, sem os custos materiais e em vidas humanas de quase meio século de Guerra Fria.

Em toda a obra de Kennan, a preocupação sempre presente foi pautar a política externa dos Estados Unidos de uma maneira coerente e sustentável. Analisando um de seus artigos publicados na década de 90, pode-se entender o que Kennan almejava com a formulação da contenção. Em *On American Principles*, publicado na *Foreign Affairs* em 1995, o autor aborda a situação da política externa do país à época. Segundo ele, o que o país necessitava não eram de formulações de quais políticas seguir no momento, mas sim de um princípio de

¹³⁰ Vide KENNAN, 1951, capítulo VI.

política externa. Kennan recorre ao exemplo de John Quincy Adams, que, como Secretário de Estado e formulador da Doutrina Monroe, conseguiu estabelecer um princípio que fosse fiel à natureza, às necessidades, aos interesses e limitações de seu país. O princípio estabelecido por Adams e pela Doutrina Monroe pautava a participação internacional dos Estados Unidos como “desejando a liberdade e a independência de todos”, mas sendo “o campeão e o defensor apenas de si mesmo”. A concepção de Kennan sobre a contenção possuía então um status parecido, um princípio, uma idéia, uma regra de conduta a ser seguida, apesar de nem sempre absoluta. Mesmo ressaltando o elemento do poder nas relações internacionais e a necessidade de se pensar nos interesses particulares de cada Estado, Kennan não se desvencilha do papel das idéias na ação política. A diferença é que em sua argumentação não há necessariamente uma oposição entre interesses e idéias. O que julga como recomendável é que as idéias, os princípios que pautam a política externa sejam derivados de uma análise da realidade e das necessidades da nação. O que Kennan identifica como uma falha é, na verdade, a grande peculiaridade do pensamento dos Estados Unidos sobre política externa:

*“Behind all this, of course, lies the American assumption that the things for which other peoples in this world are apt to contend are for the most part neither credible nor important and might justly be expected to take second place behind the desirability of an orderly world, untroubled by international violence. To the American mind, it is implausible that people should have positive aspirations, and ones that they regard as legitimate, more important to them than the peacefulness and orderliness of international life.”*¹³²

Outro autor que contribui para esse diálogo com a tradição liberal e que se utiliza dessa idéia de dicotomia entre realismo e idealismo é Robert Osgood. Dos autores discutidos até o momento, Osgood é, provavelmente, o menos conhecido. Sua obra, no entanto, não deixa de trazer contribuições a esse debate: publicado inicialmente em 1953, seu *Ideals and Self-Interest in America's Foreign Relations* expressa desde o título uma temática interessante.¹³³ O livro foi publicado pela editora da Universidade de Chicago, e desenvolvido dentro de seu *Centre for the Study of American Foreign Policy*, cujo diretor era Hans Morgenthau. Assim, a

¹³¹ Vide KENNAN, 1951, p. 101.

¹³² Vide KENNAN, 1951, p. 96.

¹³³ OSGOOD, 1974.

obra de Osgood está no seio do debate sobre política externa e realismo e idealismo.

Sua análise da política externa do país abrange desde os debates anteriores à Guerra Hispano-Americana no final do século XIX até a participação na Segunda Guerra Mundial. Em um estudo detalhado dos debates sobre política externa do período, dos diversos grupos formados e das figuras-chave que os influenciaram, Osgood reproduz a evolução dos envolvimento internacionais dos Estados Unidos e dos debates internos que lhes deram origem, sempre se utilizando de pesquisa e de fontes muito bem documentadas empiricamente. Assim, percorre os debates sobre geopolítica e expansão naval encabeçados pelo Almirante Mahan no período anterior ao que chama de a Primeira Cruzada, a Guerra Hispano-Americana; analisa os movimentos dos imperialistas e anti-imperialistas, e a evolução desses últimos ao movimento pacifista; o debate sobre a intervenção anterior à Segunda Cruzada, a Primeira Guerra Mundial, e a questão da Liga das Nações em seu desfecho. Com tal base, a última parte do estudo trata do período entreguerras e da participação dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

A característica principal do trabalho de Osgood é percorrer todos esses debates sobre política externa por meio de uma leitura que ressalta as influências ora de idéias e valores morais, ora de interesses próprios e egoístas. Todavia, da mesma maneira que seus contemporâneos, o autor demonstra estar ciente da relatividade desses dois conceitos e que ambos sempre estão presentes nas discussões políticas. O que Osgood tenta identificar não é se a política externa dos Estados Unidos em um determinado período foi realista ou idealista, mas sim quando idéias e valores prevaleceram sobre interesses, e quando ocorreu o contrário.

3.3.

Conclusão do capítulo

Algumas conclusões podem ser derivadas de todas essas reflexões do pós-Segunda Guerra Mundial e do início da década de 50. A primeira delas é quanto à motivação desses autores. Em um livro recente, Martin Griffiths publicou pequenas biografias do que chamou “pensadores-chave” das diferentes

abordagens teóricas das Relações Internacionais.¹³⁴ Ao tratar dos autores realistas, nos capítulos dedicados a George Kennan, Hans Morgenthau e John Herz encontram-se afirmações como “tinha por objetivo influenciar a política externa dos Estados Unidos” ou “ficou desiludido ao perceber que não conseguira fazê-lo”. Citações desse tipo são expressões de um fenômeno maior: grande parte da obra desses e de outros autores teve o objetivo direcionado de interferir na maneira como se pensavam as relações internacionais nos Estados Unidos e mais diretamente nos rumos da política externa do país. Sem dúvida, esses autores percebiam o papel indispensável que os Estados Unidos teriam de desempenhar no cenário internacional e temiam que o que consideravam falhas de sua tradição política pudesse comprometer sua política externa como no período entreguerras. Seus textos eram direcionados a uma parcela de tomadores de decisão, na tentativa de trazer outros elementos ao pensamento liberal peculiar ao país.

Outras semelhanças também podem ser verificadas nas preocupações desses autores. Morgenthau e Kennan, por exemplo, demonstram em suas obras um certo receio quanto ao impacto do regime democrático dos Estados Unidos em sua política externa.¹³⁵ Com eleições periódicas, a influência popular sobre as ações dos governos passa a ser maior. Políticas têm de ser pensadas em relação a seu impacto com o público: medidas impopulares podem representar reveses eleitorais em um curto espaço de tempo. Essa dependência da opinião pública é, no entendimento desses autores, extremamente prejudicial à prática da política externa. Tais políticas devem ser pensadas como políticas de Estado, não de governo. Devem ser medidas pelo cumprimento de seus objetivos, muitas vezes de médio e longo prazo; e não no curtíssimo prazo que o atendimento de demandas populares requer. Atitudes impopulares às vezes são necessárias; o controle democrático pode dificultar muito a prática da política externa.¹³⁶

Outro aspecto essencial para entender o caráter desses textos é o momento histórico no qual eles se inserem. O pós-Segunda Guerra Mundial foi um período de definição do que viria a ser o sistema internacional pelas cinco décadas

¹³⁴ GRIFFITHS, Martin. *Fifty Key Thinkers in International Relations*. Florence: Routledge, 1999.

¹³⁵ KENNAN, 1951, capítulo 6 e MORGENTHAU, 1951, capítulo 8.

¹³⁶ Um segundo problema no que concerne as democracias seria a existência de eleições regulares com grande possibilidade de que se troquem os governos. Em alguns casos essa mudança pode ser extremamente prejudicial não permitindo a continuidade das políticas perseguidas e ameaçando a credibilidade do país.

seguintes. A posição internacional dos Estados Unidos e a idéia da ameaça comunista são elementos essenciais para a compreensão desses debates e, em boa medida, são parte da explicação de porque muitos dos argumentos levantados por esses autores tiveram sucesso em influenciar a política externa do país, quando em períodos anteriores idéias semelhantes haviam falhado.

Realmente se estabeleceu algo próximo a um debate nas discussões sobre política externa. A idéia de inserir elementos como poder e interesse no pensamento sobre política externa causou fortes reações contrárias. A argumentação mais recorrente era sobre a falta de princípios para se guiar tais políticas, e que, uma vez admitido o critério do poder, inúmeras atrocidades poderiam ser cometidas em seu nome. Morgenthau, por exemplo, tem um artigo dedicado à elucidação de suas recomendações e ao rechaço a esse tipo de crítica, por ocasião da publicação de seu livro e do livro de Kennan, no mesmo ano.¹³⁷ Morgenthau tenta por todos os meios explicar o que já havia exposto em seu livro: que a escolha não é entre poder e moral, mas entre dois tipos diferentes de moral; uma derivada de uma realidade que leva em conta relações de poder, e outra desvinculada dessa realidade.

Nenhum dos autores analisados leva seu argumento ao extremo. Todos defendem o que chamam de posições realistas, mas parecem ter plena consciência da impossibilidade de uma prática política inteiramente realista; todos parecem reconhecer o papel das idéias e levá-las em conta. A argumentação desses autores vai no sentido de inserir elementos na tradição liberal, não de substituí-la.

E é assim que essas categorias e classificações são utilizadas. A preocupação desses autores é dirigida ao caráter legalista, moralista, utópico, idealista da tradição política dos Estados Unidos. Ao fim, todos esses adjetivo acabam por expressar preocupações bem semelhantes: a falta de reflexão sobre o interesse nacional do país e as realidades de poder do sistema internacional que poderiam comprometer a política externa do pós-guerra. Assim, a contraposição entre legalistas, moralistas, utopistas e idealistas de um lado, e realistas do outro, é feita com o intuito de ressaltar tais elementos ausentes no pensamento sobre política externa nos Estados Unidos e demonstrar sua importância.

¹³⁷ MORGENTHAU, Hans J.. *Another "Great Debate": The national interest of the United States*. In: LINKLATER, Andrew (ed.). *International Relations, Volume I*. Florence: Routledge, 2001. p. 279-303.

Mesmo sem usar tal nomenclatura, esses autores estão dialogando com a tradição política liberal dos Estados Unidos, e estão, em boa parte, cientes disso. Cientes de que elementos externos como poder e interesse não seriam incorporados facilmente à tradição. O exemplo de como Morgenthau traduz o equilíbrio de poder, ou de como a tradição interpreta o dilema de segurança e a doutrina da contenção, são manifestações disso. À sua própria maneira, a tradição incorpora tais elementos e mantém sua característica principal: a falta de relatividade e o pensar do particular como universal. De qualquer forma, é o requinte desse diálogo com a tradição liberal presente nesses autores que não será encontrado na reutilização das categorias realismo e idealismo na década de 90.